



## DEBATE REGIONAL Funchal

15 de Dezembro, 2006

*Os Desafios da Europa num Mundo Globalizado*

### RELATÓRIO

A sessão de debate no Funchal integra-se na série de debates regionais que constitui a primeira fase do conjunto de iniciativas de discussão pública organizadas no âmbito do projecto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa.

Pela abrangência do tema, e com o objectivo de orientar o debate, foram apontadas três questões fundamentais que actualmente se colocam à Europa e à Madeira, enquanto parte do bloco europeu.

1. A segurança. A questão do fortalecimento da Política Externa de Segurança Comum (PESC) e da Política de Vizinhança da UE tem vindo a dominar uma parte importante do debate europeu. Em grande medida, o facto deve-se à crescente preocupação dos Estados membros com o aumento dos fluxos de imigração, e particularmente com a imigração ilegal. A localização geográfica da Madeira, à semelhança do que tem acontecido nas ilhas Canárias, torna-a um ponto estratégico de acesso ao continente europeu por parte de imigrantes africanos.

Considerando que as dinâmicas políticas do século XX convergiram num equilíbrio do poder entre as várias potências europeias, a Europa enquanto bloco deve assumir uma posição mais forte na cena internacional, através do fortalecimento da sua actuação externa, nas áreas em que pode desempenhar um papel importante, nomeadamente a promoção dos Direitos Humanos e da Democracia.

Mas estes valores, que são fundadores do projecto europeu, originam também novas questões. Problemas como o ressurgimento de ideologias nacionalistas, ou a criação, no território europeu, de grupos com actividades terroristas, vêm demonstrar que as políticas de multiculturalismo não têm produzido os resultados esperados na gestão da diversidade. Pelo contrário, as opiniões e comportamentos em relação às comunidades imigrantes têm vindo a extremar-se.

Como deve a Europa gerir a imigração e como deve gerir os valores da diversidade, por um lado, e dos direitos humanos, por outro?

O problema da imigração, que tem afectado de forma muito particular as ilhas Canárias e que, pela proximidade geográfica, poderá vir a afectar também a Madeira, obriga a Europa a repensar algumas questões. Deve ser adoptada uma política comum de imigração? Ou será preferível fazer uma avaliação comparativa das boas práticas dos Estados membros que melhor têm gerido a imigração?

Independentemente de como a questão for gerida do ponto de vista interno, é fundamental redefinir a relação da UE não só com os vizinhos próximos, mas com o resto do mundo em desenvolvimento. Uma relação económica e comercial mais justa com os países em desenvolvimento pode interferir mais directamente nas causas da migração. Esta alteração da perspectiva implicaria uma revisão da Política Agrícola Comum (PAC), que actualmente revela uma incoerência profunda com as políticas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Todavia, a revisão da PAC é uma questão a que alguns Estados membros são particularmente sensíveis, como é o caso de França.

---

No que concerne às relações da Europa com os seus países vizinhos, a Turquia é exemplo paradigmático. O processo de negociação da adesão da Turquia à UE tem obrigado à reflexão sobre os valores que sustentam, ou que devem sustentar, o projecto europeu, e sobre a capacidade que a Europa teria de acolher um país com as especificidades da Turquia. Mas mais do que isso, coloca questões sobre o equilíbrio de poder entre os Estados membros e sobre a distribuição dos fundos comunitários, uma vez que, caso a adesão se verificasse neste momento, a Turquia se tornaria no Estado membro com maior peso no Conselho de Ministros (por ser o mais populoso), mas também no Estado membro mais pobre, e com maior necessidade de fundos de coesão. Como deve a Europa gerir estas questões num futuro próximo?

Além das questões políticas e económicas e do próprio funcionamento das instituições, Teresa Almeida Garrett lembrou que a adesão da Turquia coloca também um problema de identidade: o que significa ser europeu? E estará a UE preparada para receber um país árabe?

E, no caso específico de Portugal, há maior proximidade identitária de Portugal com o espaço do atlântico que com o espaço europeu?

O Eurodeputado Sérgio Marques sublinhou que as relações atlânticas e as relações europeias não se excluem mutuamente e que, pelo contrário, o lugar que Portugal ocupa na Europa reforça a sua acção externa. O caso de Timor e das negociações da UE com o Mercosul são um bom exemplo de como Portugal, por estar na Europa e ao mesmo tempo ter relações de proximidade com aqueles países (Timor e Brasil), pode influenciar o rumo da acção externa europeia.

2.A competitividade das regiões ultra-periféricas. A emergência de novas economias – como a China, a Índia, o Brasil – a abertura do mercado europeu a novos actores económicos e mesmo as disparidades que existem entre os níveis de produtividade da Europa e os de outras regiões do mundo, colocam sérios problemas à capacidade de inserção no mercado de regiões consideradas periféricas, como é o caso da Madeira. Que papel pode a UE ter na promoção das indústrias artesanais ou tradicionais, da competitividade e do desenvolvimento da região, face às actuais dinâmicas económicas?

Numa perspectiva focada no contexto regional, a intervenção de Sérgio Marques fez-se no sentido de compreender as especificidades da região da Madeira.

Fazendo referência ao artigo 299-2 do Tratado que institui uma União Europeia, que reconhece a condição periférica de algumas regiões europeias, o orador identificou três prioridades para a concretização e implementação de medidas concretas que reduzam essa condição.

- a) uma maior integração da região no espaço envolvente (no caso da Madeira, a costa ocidental africana deve ser uma região de contacto privilegiado, especialmente tendo em conta o aumento dos fluxos migratórios em direcção à Europa);
- b) um favorecimento da acessibilidade ao continente europeu e dentro das próprias regiões;
- c) um estímulo ao aumento da competitividade das regiões.

O principal objectivo desta política é criar condições que favoreçam a inserção da região na economia global, e não que funcione de forma oposta, como instrumento de defesa e protecção da economia local.

No entanto, os fundos da UE são insuficientes e portanto o desenvolvimento da região é faseada. A Madeira encontra-se agora numa fase de transição; no fim de um ciclo que priorizou o desenvolvimento das infraestruturas e no início de um ciclo com o objectivo de aumentar a competitividade económica e a afirmação internacional da região, através de um maior

---

investimento na educação e na formação profissional, bem como nas indústrias das flores, do vinho ou do turismo.

3. Os grandes desafios que a globalização coloca – a imigração, a gestão da diversidade de identidades e de valores, as disparidades competitivas das várias regiões económicas – são desafios pesados que a Europa, enquanto bloco, pode enfrentar mais eficazmente. Mas a tensão provocada pelos chumbos do Tratado Constitucional em França e na Alemanha contribuíram para que se criasse um impasse no desenvolvimento do projecto europeu.

As questões da imigração, da diversidade, do alargamento têm alimentado o discurso que classifica o momento que a Europa atravessa como um momento de crise. No entanto, nunca foi tão evidente o sucesso do projecto europeu. O alargamento, o mercado interno, a introdução do euro, o conceito de cidadania europeia atestam o aprofundamento da integração dos países membros num espaço de cinquenta anos.

Neste espaço de tempo, a Europa foi capaz de concretizar os valores que alicerçaram a sua fundação. A reunificação constitui um dos maiores marcos desse sucesso, por ser a concretização mais evidente dos valores da paz e da unidade. As transferências de riqueza de uns Estados membros para outros atestam os valores da solidariedade e coesão. Mas o sucesso do projecto europeu espelha-se também nas suas relações com o mundo: a Europa é hoje o primeiro bloco comercial, o primeiro bloco a nível de transferências de APD, mas também é o bloco mais influente na promoção dos valores da Democracia e dos Direitos Humanos.

De facto, a Europa de hoje é a Europa dos cidadãos: os processos de tomada de decisão procuram ser cada vez mais transparentes e próximos do cidadão individual. A Convenção, embora tenha sido veementemente criticada pelas facções opostas à adopção de um Tratado Constitucional, permitiu que a discussão sobre a Europa se aproximasse dos cidadãos e se afastasse dos “corredores diplomáticos”.

Assim, os cidadãos têm uma maior responsabilidade no sentido de manter a sua identidade nacional, mas de ao mesmo tempo participar mais activamente na construção do projecto europeu, porque a Europa, enquanto bloco, é fundamental para dar resposta aos desafios e riscos da globalização, que os Estados membros não conseguem resolver individualmente.

Os oradores foram consensuais em afirmar que há uma maior internalização das questões europeias e que o discurso oficial abandonou a tendência de culpabilizar Bruxelas. A tónica é colocada no crescimento e no desenvolvimento sustentável, promotor de um efeito de *trickle down*. E portanto os governos nacionais, como Portugal, têm vindo a assumir maiores responsabilidades nesse sentido.

No entanto, é ainda notório o distanciamento entre os cidadãos e as instituições europeias. Este distanciamento é em grande medida motivado pela preocupação que os cidadãos têm que, internamente, os Estados ponham em causa os direitos sociais em favor de um melhor relacionamento com a Europa. Este é um problema fundamental. O modelo social europeu pode obstaculizar a produtividade europeia. Como gerir então este modelo com a abertura das fronteiras? São necessárias medidas eficazes que contribuam para o aumento da competitividade da UE.

Também nesse sentido, será fundamental, num futuro próximo, chegar a acordo sobre o que deve ser a relação da UE com o resto do mundo. A Europa deve ser um espaço aberto às dinâmicas da globalização ou, pelo contrário, deve fechar-se e constituir-se como uma Europa-fortaleza?

Esta constitui uma das questões centrais do debate: o facto de que a estratégia de desenvolvimento não só da Europa enquanto bloco, mas também da Madeira enquanto região, deve ser orientada no sentido não de proteger, mas de inserir as economias num espaço maior, que cada vez mais se rege por cumplidades que por oposições.